

# A COOPERATIVA AGRÍCOLA NA REORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DO TERRITÓRIO: A EXPERIÊNCIA DA CENTRAL DE COOPERATIVAS APÍCOLAS DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

*Manuella Carolina Costa de Oliveira<sup>30</sup>*

## RESUMO

Este trabalho analisa a estrutura organizacional da Central de Cooperativas Apícolas do Semiárido Brasileiro – a Casa APIS – situada na cidade de Picos-PI, avaliando as estratégias comerciais adotadas, bem como as suas implicações socioeconômicas sobre a dinâmica local. Foi possível constatar, por meio de visitas e entrevistas semi-estruturadas, a importância do cooperativismo agrícola na revitalização dos espaços rurais, e para a organização dos pequenos agricultores em torno da produção do mel, e a inserção nos mercados globais.

**Palavras-chave:** Cooperativismo agrícola; Apicultura; Mercados; Arranjo produtivo local; Dinâmicas territoriais.

---

30 Bacharela em Ciências Sociais (2011), UFRPE. Mestra em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, POSMEX -UFRPE (2014), atualmente doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, PPGS – UFPE. Professora na Educação a Distância, na Universidade Federal Rural de Pernambuco (EaD - UFRPE) e no Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Pernambuco (SESCOOP/PE). E-mail: manuella.sociais@gmail.com

# THE AGRICULTURAL COOPERATIVE ON THE PRODUCTIVE REORGANIZATION OF THE TERRITORY: THE EXPERIENCE OF THE CENTRAL OF BRASILIAN SEMIARID APIARIAN COOPERATIVES

## ABSTRACT

This work analyses the organizational structure of the Central of Brazilian Semiarid Apiarian Cooperatives – Casa APIS – located in the city of Picos-PI, evaluating the commercial strategies adopted, as well as its socioeconomic implications through local dynamics. It was verified with semi structured visits and interviews the importance of agricultural cooperativism on the rural spaces revitalization and also to small farmers' organization related to honey production and its insertion in global market.

**Keywords:** Agricultural cooperativism. Beekeeping. Market. Local productive arrangement. Territorial dynamic.

## Introdução

Este estudo representa uma relevante contribuição na relação entre cooperativismo agrícola, agricultura familiar e desenvolvimento local, centrando sua atenção nas estratégias utilizadas pelos agricultores familiares para a valorização dos seus produtos nos mercados alternativos. Reconhecendo a importância da compreensão do sistema cooperativo e sua estrutura, principalmente no contexto nordestino brasileiro, a Casa APIS, representa uma relevante discussão sobre a noção do rural, na modernidade, atrelada aos novos valores sociais e econômicos e novas funções ligadas à agricultura familiar e seu âmbito.

Neste aspecto, com a dimensão planetária dos negócios, do comércio e do fluxo de informações, vivida a partir dos anos 1990, e dentro do que se discute como processo de globalização da economia, é posto em cena um processo “localizador” e de fixação no espaço, permitindo que os efeitos da globalização nos tornem, amplamente globais, assim como locais. De acordo com Herrera et al. (2006), a relação entre o local e o global é definida pela disputa do território, permitindo uma perspectiva de uma rede de relações de composição e alianças entre diversos atores e atrizes sociais. A organização dessas alianças é materializada na vida associativa e no sentimento de pertencimento a uma comunidade, permitindo várias dinâmicas específicas entre os atores locais (HERRERA et al, 2006). Ainda no âmbito do debate em torno da globalização e localidade, é de interesse situar a organização cooperativa como uma atividade econômica e espaço de sociabilidade de produtores locais, em torno de objetivos comuns.

O caso da Central de Cooperativas Apícolas do Semiárido Brasileiro – a Casa APIS, uma cooperativa de segundo grau, é emblemática nesse sentido, pelo fato de ter sua fundação apoiada numa tradição local, em torno da produção do mel, produto este que, junto com a castanha de caju, se constitui como atividade principal da região de Picos. A Casa APIS define-se como central ou cooperativa de segundo grau, por ter o seu quadro social formado por cooperativas singulares, ou seja, de 1º grau, integrando-se horizontalmente, no qual produtores rurais, cooperativas singulares e central de cooperativas fazem parte de um único sistema, mediante o qual a produção dos associados (oferta) sofre processos de agregação de valor que lhes permitem atender à demanda e obter maiores benefícios econômicos. Trata-se, assim, de sistemas de coordenação entre dois ou mais estágios sucessivos de produção, tecnologicamente separáveis (MACEDO et al, 2013).

A Casa APIS está situada na cidade de Picos, precisamente na região Semiárida do Centro/Sul do Estado do Piauí. Esta cidade abrange uma

área aproximada de 803 km e uma população de 71.020 habitantes, e está cercada por montes e picos, fato, aliás, que motivou a definição do seu nome, e dista 320 km da capital Teresina<sup>31</sup>. A Casa APIS, fundada em 2005, possui um corpo social formado por oito cooperativas singulares, atuando em 52 municípios dos estados do Piauí e do Ceará, abrangendo 960 apicultores dentro da cadeia produtiva do mel. Tendo como foco organizar os produtores de mel na cidade de Picos, a central torna-se um instrumento importante de organização econômica, fomentando projetos de reorganização produtiva, assim como estabelecendo parcerias comerciais no âmbito nacional e internacional.

A década de 1990 constitui um marco importante em relação aos investimentos na apicultura na região de Picos. Por meio de uma iniciativa do Banco do Nordeste, e através de implementação de projetos, foi possível o estímulo à criação e consolidação de associações e cooperativas apícolas na região, contribuindo, assim, para a formação da cadeia produtiva do mel existente na atualidade. Vale registrar que, já desde o ano de 1986, existia a Cooperativa Apícola da Microrregião de Picos – CAMPIL, especializada na comercialização de mel. Os estímulos financeiros sob a responsabilidade do Banco do Nordeste permitiram que, em meados de 1993, algumas lideranças locais passassem a refletir sobre a criação de uma cooperativa de segundo grau, isto é, uma central de mel, como uma forma de ampliar o volume de mel da região, assegurando, assim, uma comercialização mais efetiva desse produto nos diversos mercados. Neste período, a Fundação do Banco do Brasil (FBB), juntamente com o Serviço Brasileiro de Apoio ao Empreendedor e Pequeno Empresário (SEBRAE) e o programa UniSol (Universidade Solidária), articulados com algumas Instituições de Ensino Superior (IES), organizações públicas e privadas, concedeu o projeto de criação da Central. Surgia, então, a Central

---

31 Conforme informação disponível na página eletrônica do IBGE. Disponível em <http://www.picos.pi.gov.br/conhecapicos.asp#mapa>. Acessado em 20 julho de 2011.

Casa APIS como uma estratégia para solucionar as dificuldades da comercialização do mel, garantindo, ao mesmo tempo, a sua valorização nos mercados. A sua criação representava, assim, a possibilidade de fomentar o arranjo produtivo do mel na região de Picos, sedimentando uma vocação local.

É, portanto, dentro desse cenário que emergem as questões: A central, enquanto organização de segundo grau, tem se constituído como um canal importante de organização das cooperativas especializadas em mel da região? A cooperativa agrícola vem atendendo as atuais exigências da globalização de mercados? Quais os impactos econômicos da Casa APIS para o território no qual está inserida? Assim, a partir destes questionamentos, constitui como objetivo geral desse trabalho: analisar a estrutura organizacional da Central de Cooperativas Apícolas do Semiárido Brasileiro – a Casa APIS – situada na cidade de Picos-PI, avaliando as estratégias comerciais adotadas, bem como as suas implicações socioeconômicas sobre a dinâmica local.

## **1. O caminho para chegar lá!**

Nesta investigação, privilegiou-se uma abordagem qualitativa, que de acordo com Minayo (2012), compreende e responde a questões muito particulares, especialmente nas Ciências Sociais, por se ocupar com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Neste sentido, este estudo de caso ganha particular relevância por permitir o aprofundamento de aspectos particulares de um dado fenômeno. Desta maneira, esta investigação direciona seus esforços a buscar compreender a experiência da Casa APIS.

Neste contexto, o levantamento de dados realizado permitiu o reconhecimento do território de Picos na sua relação com o associativismo no âmbito da produção do mel e do caju. Para isso, procurou-se conhecer

as centrais de cooperativas e algumas das cooperativas singulares vinculadas a essas Centrais, além de uma cooperativa singular não vinculada às Centrais, mas de reconhecida importância no local e de instituições governamentais e não governamentais presentes em Picos. Procurou-se também, por meio de observação, de entrevistas, compreender a efervescência do cooperativismo agrícola naquela região. Este reconhecimento inicial nos permitiu uma maior compreensão da cadeia produtiva do mel e do caju, trazendo elementos importantes para subsidiar um estudo mais detalhado sobre a Central de Cooperativas, a Casa APIS. Naquele momento interessava, mais particularmente, em verificar as estratégias de produção e comerciais na cadeia produtiva do mel na região e, principalmente, os arranjos organizacionais que ligavam a Central às cooperativas singulares.

Neste contexto, o levantamento de dados compreende informações de três visitas ao município de Picos, totalizando 12 entrevistas. Na Central de Cooperativas Apícolas do Semiárido Brasileiro (Casa APIS) por meio das entrevistas semiestruturadas, amparadas por um roteiro, buscou-se verificar como se configurava a estrutura organizacional da Central, dentro do modelo sistêmico do cooperativismo, assim como sua dinâmica de integração mercantil nos mercados nacional e internacional, o desempenho produtivo e investimentos tecnológicos e sua relação com as cooperativas singulares filiadas. Foi possível também, realizar uma análise para o estudo da Central com base nos seguintes itens: seu histórico, modelo de gestão da cooperativa, por meio da estrutura organizacional, das inovações tecnológicas, parcerias, capacitações, inserção nos mercados nacionais e internacionais, volume de vendas, flexibilidade e sua relação com as cooperativas filiadas.

A escolha desta central de cooperativas tem particular relevância na compreensão em torno da contribuição das organizações de segundo grau para o fortalecimento das cooperativas singulares e sedimentação do modelo cooperativo no espaço rural.

## **2. Cooperativismo agrícola e território: a sedimentação de uma vocação econômica da região**

(...) a interação entre cooperativismo e revitalização de territórios vem sendo reconhecida por diversos organismos internacionais, de onde se destaca a participação das cooperativas, sobretudo em áreas mais débeis, para a geração e manutenção do emprego, de infraestruturas socioeconômicas diversas e de atividades enquadradas no setor secundário e terciário, permitindo a reestruturação das áreas afetadas (PIRES, 2006:3).

Em meio à realidade cada vez mais globalizada, o movimento cooperativo, vem demonstrando uma importância no que se refere à produção, organização e comercialização da produção na agricultura familiar, além de ter como componente a produção de alimentos para garantir a segurança alimentar. A este respeito, Pires et.al (2004), afirmam que o cooperativismo está em evidência num momento em que a globalização da economia impõe desafios, que exige atividades empresariais dinâmicas, capazes de concorrer em um ambiente de forte competitividade, tornando-se também no âmbito social, uma atividade que inclui os atores sociais em torno dos seus interesses comuns, apresentando-se como uma estratégia de geração de trabalho e renda, em um modelo econômico de natureza excludente.

Concebidas como organizações de natureza econômica, as cooperativas agrícolas são também identificadas como espaço de participação democrática, capazes de estimular a criação de mercados e o desenvolvimento territorial (PIRES et. al, 2004). Neste sentido, a compreensão em torno da relação entre cooperativismo agrícola e desenvolvimento territorial, está centrando sua atenção nas estratégias utilizadas pelos agricultores familiares para a valorização dos seus produtos nos mercados.

Outra importância pauta-se na possibilidade de visualizar, através do caso observado, as estratégias utilizadas pelos produtores de mel para uma melhor valorização e crescimento do produto local, contribuindo para o dinamismo da região estudada.

Neste sentido, nos últimos anos, houve um crescimento do debate sobre o papel da territorialidade e do desenvolvimento territorial, como um espaço de criação de novas dinâmicas sociais e econômicas (FLORES, 2002). O território é considerado um espaço no qual se desenvolve uma complexidade de relações sociais, tanto no campo das sociabilidades como no campo da produção. Nesses espaços, acaba por existir estratégias de apropriação e uso dos recursos naturais e sociais, condicionando redes sociais que envolvem uma combinação de ação local e ação à distância, e que se inserem em uma economia regional, segundo especificidades e contextos globais (CAVALCANTI, 2004). A dimensão territorial, de acordo com Abramovay (2009), vem alimentando o interesse de cientistas sociais, com a ideia de que o território é mais do que um espaço físico para as relações entre indivíduos e empresas, possui um “tecido social, uma organização complexa feita por laços [...], representa uma trama de vínculos com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desempenho econômico” (ABRAMOVAY, 2009:47). Igualmente, recupera-se a noção de território, que deixa de ser apenas um produto reflexo da sociedade e passa a ser o local onde acontece a reprodução social, que constitui a realidade social e a dimensão material e imaterial das relações sociais (MORAES & SCHNEIDER, 2010). As discussões em torno do território se associam à ideia de desenvolvimento local, esta abordando como um processo de crescimento durável das condições sociais, políticas, econômicas e educacionais de um dado território, fundamentando-se em sistema de valores comuns, implicando em formas produtivas ou não, visando à melhoria de qualidade de vida.

Finalmente, reconhece-se também, dentro da perspectiva de desenvolvimento local, um processo que envolve não somente as atividades econômicas e os atores locais de um território, mas que, de igual modo, está ligado, as tradições locais, culinária, artesanato, construindo, dessa forma, uma marca identitária (OLIVEIRA, 2006; VEIGA, 2002; PIRES, 2005).

## 2.1. O Histórico da produção de mel em Picos – PI

O município de Picos encontra-se na Mesorregião Sudeste do Estado do Piauí, num ponto estratégico, situado entre picos montanhosos e no entreposto de várias rodovias do Nordeste, cortado pelo trecho inicial da Transamazônica, ligando o Estado ao Maranhão, Ceará, Pernambuco e Bahia. Para Mello (2010), Picos tem se notabilizado pelo crescimento, tanto na produção quanto na qualidade, do mel de abelha, assumindo uma posição privilegiada em todo o Nordeste. Segundo este autor, amparada por duas estruturas tecnológicas, um Centro Tecnológico da Apicultura do Piauí – CENTAPI e a uma cooperativa de segundo grau, a Casa APIS, a cidade de Picos tem demonstrado vitalidade econômica no campo da apicultura (MELLO, 2010).

Mais recentemente algumas novas atividades agrícolas estão sendo desenvolvidas no município de Picos: a castanha de caju e o mel. Atualmente, estes produtos, em grande maioria, são dirigidos para nichos de mercados, nacional e internacional, de produtos com alto valor agregado, definindo uma nova cadeia produtiva na região. Estas novas atividades se deram principalmente pela crise ocorrida com a produção do algodão - tendo em vista a proibição do seu cultivo nos anos seguintes (1985-1990), em que os produtores buscaram a reconversão produtiva das suas atividades (VILELA, 2000). De acordo com este autor, a “saída” por meio da conversão é um processo complicado por ter que “começar do zero”. No caso de Picos não houve grandes dificuldades, porque as

características particulares dos recursos naturais do Piauí possibilitaram uma gama de opções de reconversão, além da demanda e viabilidade comercial por produtos “limpos”, “verdes” e “naturais” (VILELA, 2000).

Os investimentos realizados na gestão cooperada e na modernização do processo produtivo do mel têm provocado impactos positivos no mercado apícola da macrorregião de Picos chegando a transformar o Estado do Piauí no maior produtor de mel do Nordeste e o segundo do País, com um volume de 4,5 mil toneladas em 2005, e do 27º para o 4º produtor de mel do mundo (MDIC, 2007).

No caso de Picos, é possível constatar que existe uma rede de instituições governamentais (programas governamentais) e não governamentais voltados para a implementação de projetos produtivos que imprimiram aquela região uma nova dinâmica, estimulando a organização dos agricultores e das agricultoras, em associações e cooperativas. Estas organizações tende transformar a participação individual em participação grupal, constituindo um impulso, um instrumento que potencializa a capacidade produtiva e comercial de todos os associados, viabilizando suas atividades, além de oportunizar a melhor qualidade de vida e atividade social (LEGLER, 2007).

A constituição de cooperativas de agricultores e agricultoras passou a ser bastante defendida e estimulada como alternativa para os problemas comuns, nas quais cooperam uns com os outros, conseguindo atuar de forma localizada, possuindo uma estrutura, permitindo maior facilidade de gestão associativa (LEGLER, 2007). Deste modo, vistas como alicerce da apicultura, as estruturas cooperativas de 2º grau vem possibilitando a inserção deste produto nos mercados, assim como estimulando o desenvolvimento territorial. E foi com este intuito que a Casa APIS nasce mediante a ação coletiva, com a participação de vários parceiros, a exemplo da Fundação Banco do Brasil (FBB), do SEBRAE e UniSol etc. Tendo como objetivo central organizar de forma qualitativa os produtores de mel no município de Picos, além de certificar o produto, agregar valor ao

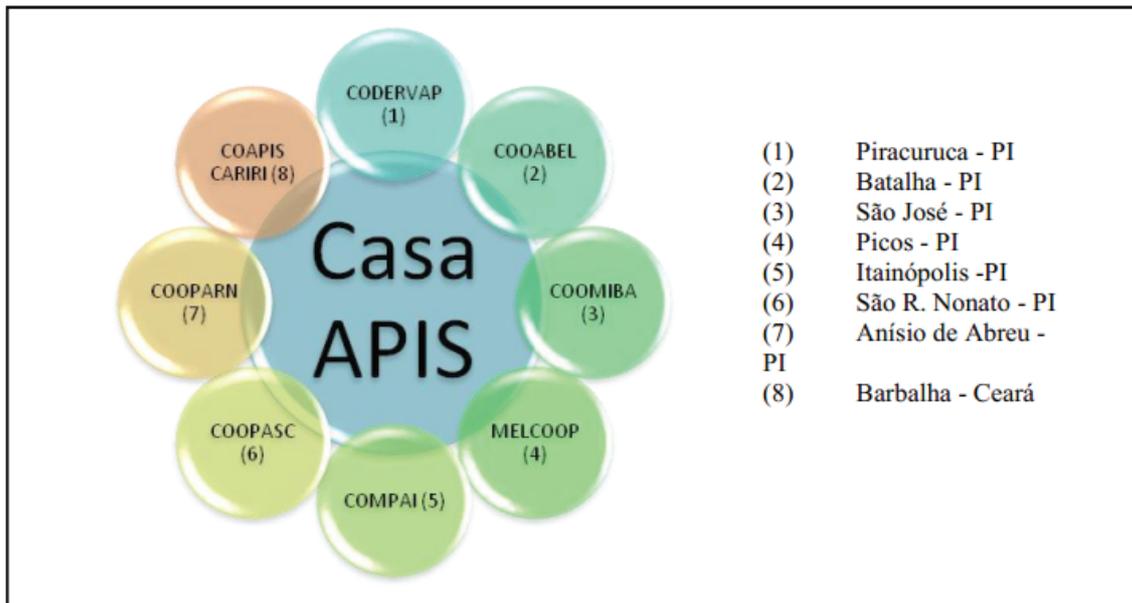
mel e beneficiá-lo, dando qualidade, para que se possa competir com os mercados mais exigentes e fortalecendo a economia local, a Casa APIS promove também a organização e integração dos apicultores à apicultura, a cultura da cooperação, a capacitação, com o objetivo de garantir uma um retorno econômico para as bases produtivas na região do semi-árido nordestino (MDIC, 2007).

Neste sentido, para uma melhor compreensão acerca do cooperativismo apícola, torna-se interessante apresentar neste artigo, como o mel representa hoje a principal fonte de renda e emprego do produtor local, aprovando o desempenho que as cooperativas representam, assim como, um instrumento de organização econômica e de organização dos produtores, contribuindo para o êxito dos projetos de desenvolvimento local e reorganização produtiva.

### **3. A Central de Cooperativa e o mercado de qualidade**

Apoiada num quadro social composto por 960 apicultores/cooperados e com uma área de atuação entre os estados do Piauí e Ceará, a Casa Apis opera em 231 localidades de 58 municípios. Atualmente, estão a ela filiadas oito cooperativas em que sete estão no estado do Piauí e uma no estado do Ceará, assim distribuídas: No Piauí, CODEVARP, COOABEL, COMPAI, MELCOOP (primeiro pólo de produção de mel do Estado, representando metade da Casa APIS, em torno de 450 sócios), COOMIBA (segundo pólo de produção de mel), a Cooperativa dos Apicultores de São Raimundo Nonato – COOPARN, a Cooperativa dos Agricultores e Apicultores da Serra da Capivara – COOPASC (terceiro pólo de produção de mel) e a localizada no Ceará, a COAPIS CARIRI. Como parceira futura, a COOPIX, uma cooperativa formada por 25 apicultores, está em fase de filiação a Casa APIS, por meio do projeto ADRS - Agentes de Desenvolvimento Regional Sustentável.

**Figura 1** - Sistema Cooperativo da Casa APIS



**Fonte:** Casa APIS 2012; Adaptação: o autor, 2014.

Para os gestores, os apicultores da região enxergam na Casa APIS um canal efetivo e seguro de comercialização, que lhes permite a valorização do seu produto, excluindo, assim, a possibilidade de depreciação do preço. Com efeito, a importância da Central na regulação e estabilização dos preços no mercado se dá também pela característica orgânica do mel de Picos. Nesse sentido, a venda do mel orgânico acarreta a inserção da Casa APIS nos Mercados Orgânico e Comércio Justo. Este tipo de comércio, além de facilitar a comercialização, diversifica os mercados e garante preço ao produtor e qualidade para o consumidor, conferindo valor aos produtos, buscando uma melhor renda dos apicultores pagando-lhes o preço justo. Contudo, para atuarem nesses mercados, algumas certificações para o controle de qualidade são exigidas. Desse modo, a inserção dos produtos nos mercados está cada vez mais dependente das certificações.

No caso da Casa APIS, as seguintes certificações para o mercado interno são asseguradas: o S.I.F. do Ministério da Agricultura do Brasil garante que os produtos relacionados com a alimentação animal podem

ser comercializados sem risco para a saúde dos animais e a humana; O Programa Alimento Seguro, o PAS/MEL (Análise de Perigos (Riscos) e Pontos Críticos de Controle – APPCC, e Boas Práticas de Fabricação – (BPF), visa atender às exigências técnicas de mercado quanto à segurança e à qualidade do mel, padronizando-o de acordo com o que é indicado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e pelos países exportadores; a Certificação orgânica (IBD) é a maior certificadora da América Latina e a única certificadora brasileira de produtos orgânicos. Atende a todas as certificações orgânicas feitas pelo IBD (Certificações no mercado interno) e é usado em conjunto com o selo de produtos orgânicos do Brasil. E, para o mercado externo, o Comércio Justo, a *FairTrade Labelling Organizations International (FLO)*, o *FairTrade Mark*, certifica que as normas internacionais de Comércio Justo foram cumpridas e são projetados para combater a pobreza e capacitar produtores dos países mais pobres do mundo. As normas aplicam-se a produtores e comerciantes. Diante do exposto, a certificação passa a ser um instrumento para implantação do sistema de qualidade, de classificação e embalagem, colocando na necessidade de atendimento uma série de exigências dos mercados, abrangendo todas as etapas do processo produtivo em todos os níveis considerando a qualidade, com respeito ao meio ambiente e produtores.

Ao disponibilizar seus principais produtos, um dos grandes desafios para a Central de Cooperativas é sedimentar sua marca nos mercados nacional e internacional. Para isso, o gerente comercial admite que mesmo com a concorrência das grandes marcas sente-se otimista quanto à disseminação da marca Casa APIS, “pois quando esta se faz presente na prateleira, o consumidor se familiariza com um produto orgânico, com o mel do apicultor/associado de Picos”. Para além da sedimentação da marca “Casa APIS”, a gestão reconhece que o êxito na comercialização deve-se, também, em grande medida, às parcerias institucionais já mencionadas, que tendem a garantir condições de lucratividade tanto para

as cooperativas singulares como para a Central. No que se referem ao mercado interno, os principais canais de comercialização da Central são voltados para as redes varejistas (supermercados), farmácias, padarias e lojas de produtos naturais.

Nesta perspectiva, Cavalcanti (1996:115) afirma que “perseguir um padrão de qualidade significa coordenar e organizar eficientemente o tempo, conhecimento, tecnologia e recursos humanos”. Concluí que “os produtores devem estar preparados para as novas práticas de gestão e outros trabalhos especializados requeridos e as unidades de produção devem ser ágeis no treinamento e atualização dos conhecimentos dos seus trabalhadores” (CAVALCANTI, 1996:115).

## **Considerações finais**

A experiência do município de Picos, a Casa APIS, uma cooperativa de segundo grau, vem contribuindo para a sedimentação do Arranjo Produtivo Local (APL), em torno da produção e comercialização do mel. Tal arranjo contempla a participação das cooperativas singulares, de órgãos públicos e de entidades privadas permitindo uma dinâmica particular no território.

A Casa APIS foi criada com o objetivo de aumentar a produtividade de mel e para diversificar a produção por meio de subprodutos, como pólen e própolis, por exemplo, intensificando, por meio de adoção de um aparato tecnológico, os processos de produção, beneficiamento e comercialização do mel da região de Picos.

A Casa APIS se insere numa estrutura de cooperativismo de segundo grau, estabelecendo um papel de gestora junto às cooperativas de primeiro grau a ela filiadas. Sua estrutura organizacional vem integrando e fortalecendo a economia local, sedimentando o arranjo produtivo local do mel, por meio da associação de produtores e de suas cooperativas.

Verificou-se, neste sentido, a criação de um sistema no qual integram cooperativas singulares e centrais, buscando impulsionando o fomento e a busca de novos mercados com algumas parcerias, razão que contribui para uma (re)configuração no cenário econômico de Picos. Esta forma de estruturação entre Central, e cooperativas singulares vem fortalecendo o movimento cooperativo em Picos, na medida em que retira do cenário a presença do intermediário e permite a valorização do mel nos mercados regionais, nacionais e globais. Tal perspectiva reafirma a ideia de Barquero (2001) quando afirma que as organizações coletivas de uma mesma localidade estão condicionadas a cooperar entre si por meio da especialização adotada pelo sistema produtivo local, atingindo as economias para manter sua competitividade nos mercados.

Com efeito, os nove anos de atuação da Casa APIS revelam, segundo os discursos, uma preocupação permanente em torno da adoção de novas tecnologias, melhoria da qualidade do mel e da infraestrutura e da busca de novos mercados. Ainda dentre os fatores que contribuem para a logística de produção e de mercado, a Casa APIS monta uma estrutura que contempla desde a produção de mel dos apicultores nas cooperativas singulares até a sua inserção nos mercados regionais, nacionais e internacionais, cumprindo, assim, com o seu propósito de gerenciar as três fases do processo produtivo do mel da Casa APIS: a produção, o beneficiamento e a comercialização.

O dinamismo comercial da Casa APIS foi favorecido pela inserção do mel na União Europeia e nos Estados Unidos, por meio do mercado justo, via certificação *FairTrade*. A conquista deste novo mercado requer da Central, em função de seu alto nível de exigência, uma permanente vigilância em relação à qualidade. Por meio da certificação *FairTrade*, a Casa APIS vincula uma imagem social da empresa, da qual se depreende uma ideia de qualidade de vida e de uma melhoria de renda de seus associados. No que tange ao mercado interno, a Casa APIS com a parceria instituída com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por meio da

Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) fomentou uma importante parceria para a sedimentação do mercado local.

As parcerias e projetos elencados pela Central sinalizam a possibilidade de uma produção calcada em novas tecnologias, garantindo-lhe maiores níveis de qualidade com custos reduzidos.

Enquanto cooperativa de segundo grau, a Casa APIS não se limita apenas à comercialização dos produtos, mas também tem a finalidade de administrar as oito cooperativas a ela filiadas, desenvolvendo atividades de serviços comuns às necessidades das filiadas, ao capacitar os seus gestores, fornecer assistência técnica e estimular a participação dos diversos atores aí envolvidos. Nesse contexto, ressalta-se o papel dos agentes do desenvolvimento rural sustentável como um dos principais articuladores desse processo.

Conforme já analisado no decorrer dessa pesquisa, a estratégia de gestão desenvolvida pela Central se baseia num processo de capacitação permanente dos agricultores, no qual o *savoir faire* dos produtores passa a ser acrescido de capacitação e estímulo à inovação tecnológica. Para isso, como já visto nesse estudo, o aparato tecnológico e industrial da Casa APIS reflete um ambiente pautado na inovação, corroborando as análises de Azevedo (2012), que identifica em situações semelhantes um sistema local inovador. No caso em questão, a relação da Central com as cooperativas singulares tende a favorecer a retroalimentação de saberes relacionados a processos produtivos de mel, dentro de uma *expertise* já comum aquela região. Neste estudo, foi também possível notar, com base no estatuto social da Central e a partir dos diversos discursos, que a gestão organizacional da Casa APIS está sedimentada numa estrutura que favorece as necessidades e demandas das cooperativas filiadas.

Finalmente, foi possível constatar, que a organização dos pequenos agricultores em torno da produção do mel, a estabilidade do preço do produto no âmbito local, a ampliação do volume de produção para o mercado local e nacional, a conquista do selo verde e do *Fair Trade* para

a inserção nos mercados globais sinalizam a contribuição da Casa APIS para a sedimentação do Arranjo Produtivo Local (APL) em torno do mel, reafirmando a importância do cooperativismo agrícola na revitalização dos espaços rurais. O estudo evidenciou ainda a importância da Casa APIS na organização dos apicultores, na estabilidade do preço do mel no mercado local, na ampliação do volume de produção e na ampliação dos mercados de comercialização do mel, trazendo impactos sobre a criação de empregos e a ampliação de renda, contribuindo para o dinamismo e a economia local.

*Recebido em: 03 de março de 2017.*

*Aprovado em: 13 de março de 2018.*

## Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **O Futuro das Regiões Rurais**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

AZEVEDO, Beatriz. Território e Desenvolvimento Econômico na América Latina e no Brasil: *Clusters* e Arranjos Produtivos Locais. [Org] SAMPAIO, Yony; FILHO, Rodolfo Moraes de Araujo; VITAL, Tales. In: **Território e Desenvolvimento Econômico no Brasil: Arranjos Produtivos Locais em Pernambuco**. Recife: Ed. Universitária, 2012.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Globalização e Ruralidade. In: Wanderley, Maria de Nazareth Baudel (org). **Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas rurais no Nordeste brasileiro**. São Paulo: Ceres – Centro de Estudos Rurais do IFCH – Unicamp, 2004.

CAVALCANTI, J. S. B. **“Globalização, urbanização, constituição e produção da força de trabalho: políticas, energéticas e irrigação no Vale do São Francisco”**. In: MAGALHÃES, S.B., BRITTO R.C., CASTRO, E.R.(Org).Energia na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, v.1, 1996.

FLORES, Murilo. Assistência Técnica e Agricultura Familiar. In. LIMA, Dalmo M. de Albuquerque e Wilkinson, John [org.]. **Inovações nas Tradições da Agricultura Familiar**. Brasília: CNPq/ Paralelo 15, 2002.

HERRERA, Juan José Rojas; GONZÁLEZ, Beatriz Díaz; PIRES, Maria Luisa. Alianzas y estrategias de las cooperativas para su acceso y sostenibilidad em los mercados internacionales. **Unircoop Americas**. vol. 4, nº 1, oct., 2006.

LENGLER, Letícia; LAGO, Adriano; CORONEL, Daniel Arruda. **A organização associativa no setor apícola: contribuições e potencialidades**. Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, v. 9, n.2, 2007.

MACEDO, Alex dos Santos; SOUSA, Diego Neves; AMODEO, Nora Beatriz Presno. O papel da comunicação na articulação dos diferentes níveis de organização no modelo central-singular de cooperativas. In: **Bahia: análise & dados**. Salvador, vol. 23, n:1, jan-mar., 2013.

MELLO, Claiton José. **O “Oitavo Cipó” e o Desafio da Ação Cooperativas de Agricultores Familiares: um estudo de caso sobre empreendimentos e solidários das cadeias produtivas do mel e do caju, no Território do Vale do Guaribas, PI**. Brasília, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO (MDIC). **Importação Brasileira, Picos – PI**, 2007. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/>. Acesso em: Setembro de 2011.

MORAES, Jorge Amaral de.; SCHNEIDER, Sérgio. **Perspectiva territorial e abordagem dos sistemas produtivos localizados rurais: novas referências para o estudo do desenvolvimento rural**. G&DR, nº 2, São Paulo: Taubaté, mai-ago, 2010.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Associativismo e Cooperativismo no desenvolvimento local**. In. SANTOS, Maria Salett Tauk, CALLOU, Ângelo Brás Fernandes. Associativismo e Desenvolvimento Local. Recife: Bagaço, 2006. 256p. il. p.153 a 184.

PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. **O Cooperativismo em questão: a trama das relações entre projeto e prática em cooperativas do Nordeste do Brasil e Leste (Quebec do Canadá)**. Recife: Massangana, 2004.

PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. SILVA, Emanuel Sampaio (et al). **Cenário, tendências do cooperativismo brasileiro**. Recife: Bagaço, 2004. 100p.

PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. A (re) significação de extensão rural a partir da ótica da Inclusão: a via cooperativa em debate. In J. R. Tavares (org). **Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Recife. Bagaço, 2005. 2º Edição.

PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. La Intercooperación Del Concepto a la Práctica: Cooperativas y Desarrollo Rural; Cooperativas e dinâmicas territoriais em “regiões desfavorecidas”. In: **X Seminário Internacional de la Red Universitária de las Americas em Estudios Cooperativos y Asociativismo**”. Honduras, 2006.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.

VILELA, Sérgio Luiz de Oliveira. **A importância das novas atividades agrícolas ante a globalização: a apicultura no Estado do Piauí**. Teresina: Embrapa Meio-Norte, 2000. ◀